



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário

Área Judiciária / Administrativa



Prova Cargo 005, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

**Língua Portuguesa
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2004

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 9 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A aprovação, em primeiro turno, da reforma do Judiciário avança no sentido de estimular a prestação da Justiça, tornando-a mais rápida (com a súmula vinculante), disciplinada (com o Conselho Nacional de Justiça) e com os princípios da celeridade e da transparência. Se o projeto subsistir íntegro no segundo turno, experiências inovadoras serão postas à prova caso haja o aprimoramento da função judiciária. O Conselho Nacional de Justiça precisará de segmentos setoriais para as justiças autônomas (federal, estadual, trabalhista, militar) e seus problemas.

A súmula vinculante eliminará questões repetitivas, em que o poder público (o grande congestionador) terminará impedido de repetir procedimentos ao infinito, mesmo para pretensões repelidas anos a fio. A súmula vinculante precisará, porém, de reexame obrigatório de tempos em tempos. Duas críticas lhe são feitas: limita a liberdade dos juízes e pode permitir a influência do Executivo em questões nas quais a vinculação satisfaça objetivos políticos dos governantes. As duas alternativas não serão perigosas se a aplicação for restrita a matérias tributárias e previdenciárias.

Não há modo de assegurar a celeridade dos processos sem a disciplina eficaz. Os prazos já existem na lei, mas valem apenas para os advogados privados, pois, caso não os respeitem, o direito perece. Os juízes, os membros do Ministério Público e os integrantes da advocacia pública são favorecidos por regras que lhes permitem intervir no processo segundo o ritmo que lhes convenha. A razoabilidade da duração dos processos não decorre do número de recursos possíveis, mas do andamento lento entre os atos dos juízes, da máquina oficial e da inexistência do controle da produtividade dos agentes públicos.

No alusivo à transparência, esta será boa para a magistratura. Há julgamentos que, por exceção, podem correr em segredo de Justiça. A regra compatível com a Constituição é a da transparência plena, sobretudo nas sessões administrativas dos tribunais para questões internas, materiais ou funcionais. (...)

Sejam quais forem as opiniões a respeito do projeto aprovado, sendo bom que venham contraditórias, o fato é que se está dando um passo à frente.

(Walter Ceneviva. **Folha de S. Paulo**, A4, 8/07/2004)

1. De acordo com o texto,
- (A) torna-se necessário, desde já, um reexame da transparência nas ações do Judiciário, pois algumas questões devem tramitar em segredo.
 - (B) prevê-se a tramitação mais rápida de processos, desde que haja maior controle disciplinar para todos os agentes nela envolvidos.
 - (C) urge haver diminuição do número de recursos interpostos aos processos, o que por si só vai acelerar o ritmo de sua tramitação.
 - (D) parece estar sendo totalmente inútil o projeto de reforma judiciária, quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos na lei.
 - (E) encontram-se mais defeitos do que benefícios no projeto votado, sendo necessário promover alterações, antes do segundo turno.

2. O autor
- (A) critica, especialmente, a ausência de controle no andamento de processos, que torna a prestação da justiça demasiado lenta.
 - (B) censura, de maneira segura e firme, algumas propostas da reforma judiciária, já votada no Congresso.
 - (C) coloca em dúvida, diretamente, a eficácia das propostas constantes do novo projeto de reforma do Poder Judiciário.
 - (D) defende, integralmente, a liberdade de que devem gozar os juízes, para garantir a lisura do resultado das demandas.
 - (E) desenvolve uma análise favorável, com algumas ressalvas, quanto ao projeto de reforma judiciária em votação no Congresso.

3. Identifica-se uma opinião crítica em relação à tramitação de processos no segmento:
- (A) (com o Conselho Nacional de Justiça)
 - (B) (federal, estadual, trabalhista, militar)
 - (C) (o grande congestionador)
 - (D) ... mesmo para pretensões repelidas anos a fio.
 - (E) Os prazos já existem na lei...

4. ... pois, caso não os respeitem, o direito perece. (3º parágrafo)
- O pronome grifado acima substitui corretamente, considerando-se o contexto,
- (A) os prazos.
 - (B) os processos.
 - (C) os juízes.
 - (D) os direitos.
 - (E) os advogados privados.

5. ... em questões nas quais a vinculação satisfaça objetivos políticos dos governantes. (2º parágrafo)

O emprego da forma verbal grifada acima introduz no contexto a mesma noção do verbo empregado na frase:

- (A) *Dois críticas lhe são feitas...*
- (B) *Os prazos já existem na lei...*
- (C) *... que lhes permitem intervir no processo...*
- (D) *... segundo o ritmo que lhes convenha.*
- (E) *... que se está dando um passo à frente.*

6. No alusivo à transparência, esta será boa para a magistratura. (4º parágrafo)

O segmento grifado acima está corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por

- (A) À medida que se busca a transparência...
- (B) Quanto à transparência...
- (C) Exceto a alusão à transparência...
- (D) Segundo a transparência, no entanto,...
- (E) Conquanto se refira à transparência...

7. ... as opiniões a respeito do projeto aprovado, sendo bom que venham contraditórias, o fato é... (final do texto)

Observe as alterações feitas em relação à pontuação original do segmento grifado acima:

- I. ... do projeto aprovado – sendo bom que venham contraditórias –
- II. ... do projeto aprovado (sendo bom que venham contraditórias)
- III. ... do projeto aprovado : sendo bom que venham contraditórias.

Estão corretas SOMENTE as alterações feitas em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

8. O Conselho Nacional de Justiça precisará de segmentos setoriais... (1º parágrafo)

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:

- (A) *... tornando-a mais rápida...*
- (B) *... limita a liberdade dos juízes...*
- (C) *... e pode permitir a influência do Executivo...*
- (D) *... se a aplicação for restrita a matérias tributárias...*
- (E) *... mas valem apenas para os advogados privados...*

9. ... e os integrantes da advocacia pública são favorecidos por regras... (3º parágrafo)

Transpondo a frase acima para a voz ativa, a forma verbal passará a ser

- (A) favorecem.
- (B) favoreceu.
- (C) tinha favorecido.
- (D) estava favorecendo.
- (E) estavam sendo favorecidos.

Atenção: As questões de números 10 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

No início do século passado acreditava-se que, com os avanços da tecnologia, iríamos trabalhar cada vez menos e teríamos mais tempo para o lazer e a família. Ocorreu exatamente o contrário. As facilidades da vida moderna, como computador, internet, fax, telefone celular, TV a cabo, e a melhoria no sistema de transportes tornaram a vida muito mais rápida – e acrescentaram doses extras de “stress” à vida de todos nós. Para sobrevivermos no dia-a-dia, seja no trânsito, seja no trabalho, precisamos ter reflexos rápidos e pensar de forma acelerada para dar o próximo passo. A maioria das pessoas acumulou mais tarefas, fica ligada 24 horas por dia e vive angustiada num emprego que não sabe por quanto tempo será capaz de manter. A insegurança impera dentro de edifícios com sistemas de segurança dignos de fortalezas, e ninguém sai à noite sem um arrepio de medo. Em vez de relaxarmos, ficamos cada vez mais alertas e tensos.

Com a pressão vinda de todos os lados, é natural que, num momento ou noutro, passe pela cabeça da maioria a ambição de largar tudo isso aí e ir viver uma vida tranqüila em outro lugar. Mudar de vida pode ser uma excelente solução para a tensão, dependendo evidentemente da vida que se leva. Qualquer decisão nesse sentido, porém, deve levar em conta um fato da natureza: ninguém pode evitar completamente situações estressantes. O “stress” não é doença, e sim, uma reação instintiva ao perigo real ou imaginário ou a uma situação de desafio.

As características atuais do trabalho contribuem, e muito, para a transformação do “stress” na praga dos tempos modernos. O trabalho duro é visto como uma virtude moderna e todo mundo anda pressionado pela sensação de não ter cumprido integralmente sua cota pessoal de sacrifício. A ordem é aumentar a produtividade e cobra-se responsabilidade nos resultados até de empregados que ocupam as funções mais banais. Como se não bastasse, o fenômeno global do desemprego aumenta a pressão sobre os trabalhadores, para não falar da competição entre colegas.

(Adaptado de Rosana Zakabi. **Veja**, 11/02/2004. p. 66-7-8)

<p>10. A idéia central do 1º parágrafo do texto é a de que</p> <p>(A) a avançada tecnologia, que pode substituir o homem, torna o trabalho cada vez mais dispensável.</p> <p>(B) a melhoria no sistema de transportes facilitou o acesso a empregos mais distantes, como também as viagens de lazer, com a família.</p> <p>(C) o atual desenvolvimento tecnológico, a par de seus claros benefícios, implica também mais desgaste, físico e psicológico, das pessoas.</p> <p>(D) a violência nas grandes cidades é o maior obstáculo ao merecido e necessário lazer, pois ninguém mais tem segurança para sair à noite.</p> <p>(E) os avanços da tecnologia possibilitaram a construção de prédios com sistemas de segurança que garantem a integridade dos empregados.</p>	<p>13. ... <u>que passe pela cabeça da maioria a ambição de largar tudo isso aí e ir viver uma vida tranqüila...</u> (2º parágrafo)</p> <p>É correto afirmar que a expressão grifada acima refere-se, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) à insegurança e à angústia decorrentes dos hábitos da vida moderna.</p> <p>(B) ao necessário controle do ritmo de trabalho numa cidade grande.</p> <p>(C) às enormes distâncias percorridas entre a casa e o local de trabalho.</p> <p>(D) à falta de melhores condições de trabalho, especialmente nas funções mais simples.</p> <p>(E) à frustração decorrente da comparação com o desempenho dos colegas de serviço.</p>
<p>11. O 2º parágrafo do texto deixa claro que</p> <p>(A) as pessoas podem, com as facilidades da vida moderna, viver livres de “stress”.</p> <p>(B) o “stress” deve ser controlado nas situações diárias da vida das pessoas, ainda que seja uma reação instintiva.</p> <p>(C) o “stress” é sempre prejudicial às pessoas, seja no trabalho, seja em atividades de lazer.</p> <p>(D) qualquer mudança é sempre favorável, contribuindo para a redução do “stress” em que se vive atualmente.</p> <p>(E) a mudança, qualquer que seja, pouco ou em nada reduz os níveis de “stress”.</p>	<p>14. <u>Mudar de vida pode ser uma excelente solução...</u> (2º parágrafo)</p> <p>Considere as frases seguintes :</p> <p>I. A diretoria mudou a sede da empresa para uma cidade mais próxima.</p> <p>II. Era necessário mudar toda a rotina de trabalho dos empregados.</p>
<p>12. O “stress” não é doença ... (2º parágrafo)</p> <p><i>... contribuem, e muito, para a transformação do “stress” na praga dos tempos modernos. (3º parágrafo)</i></p> <p>As duas afirmativas reproduzidas acima parecem incoerentes. Considerando-se, porém, o contexto, a segunda se justifica pelo fato de que o “stress”, na vida moderna,</p> <p>(A) permite maior qualidade de vida tanto no trabalho quanto no lazer.</p> <p>(B) garante maior produtividade e qualidade da mão-de-obra empregada.</p> <p>(C) dá às pessoas um ritmo compatível com as necessidades do trabalho moderno.</p> <p>(D) ultrapassa todos os limites saudáveis em que ele deve ocorrer.</p> <p>(E) determina os níveis de produção, estimulando a competitividade entre funcionários de uma empresa.</p>	<p>III. Como mudaram as condições de vida nas últimas décadas!</p> <p>Está correto, respeitando-se a regência do verbo <i>mudar</i>, o emprego em</p> <p>(A) I, somente.</p> <p>(B) III, somente.</p> <p>(C) I e II, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p>

15. ... *pela sensação de não ter cumprido integralmente sua cota pessoal de sacrifício.* (3º parágrafo)

Considere o que se encontra no Dicionário a respeito do verbete grifado acima:

1. *Quantidade máxima permitida (de importações, exportações, imigrantes) num dado período.* 2. *Parcela que corresponde à fração do preço de algum produto.* 3. *Quantia correspondente à contribuição de cada indivíduo de um grupo para certo fim.* 4. *Nas sociedades mercantis de responsabilidade limitada, a porção do capital de cada sócio.* 5. *Citação, nota, apontamento ou referência à margem dum escrito.*

Considerando-se o emprego do vocábulo cota no contexto, seu significado é o de número

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

16. ... e vive angustiada num emprego... (1º parágrafo)

O verbo está no mesmo tempo e modo daquele grifado acima na frase:

- (A) *No início do século passado acreditava-se que...*
- (B) *Ocorreu exatamente o contrário.*
- (C) *... e acrescentaram doses extras de "stress" à vida de todos nós.*
- (D) *... que ocupam as funções mais banais.*
- (E) *Como se não bastasse...*

17. Uma das maiores causas de desigualdade social prende-se dificuldade de acesso informação e qualificação, essenciais conquista de um salário mais digno.

Para completar corretamente a frase, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à - à - à
- (B) à - à - a
- (C) à - a - a
- (D) a - a - à
- (E) a - à - à

18. *Os índices de desemprego continuam muito elevados.*

Abriram-se novos postos de trabalho.

Há falta de mão-de-obra preparada para as atuais exigências do mercado.

As frases acima estão construídas com lógica, correção e clareza num só período em:

- (A) Os índices de desemprego continuam muito elevados, já que se abriu novos postos de trabalho, embora haja falta de mão-de-obra preparada para as atuais exigências do mercado.
- (B) Como está em falta de mão-de-obra preparada para as atuais exigências do mercado, e se abriram novos postos de trabalho, os índices de desemprego continuam muito elevados.
- (C) Abriram-se novos postos de trabalho, porém os índices de desemprego continuam muito elevados, porque há falta de mão-de-obra preparada para as atuais exigências do mercado.
- (D) Continua muito elevado os índices de desemprego, conquanto abriram novos postos de trabalho, tendo em vista a falta de mão-de-obra preparada para as atuais exigências do mercado.
- (E) Falta mão-de-obra preparada para o mercado exigente atual, com índices de desemprego muito elevados, e novos postos de trabalho, abertos.

19. A concordância está feita de acordo com a norma culta em:

- (A) Ocorre algumas vezes certos problemas que parece ser insolúvel à primeira vista, mas com calma se resolvem.
- (B) A rotina de vida de muitas pessoas tornam-se uma série interminável de compromissos que os torna sempre mais tensos.
- (C) Tem sido descoberto, em todo o país, vários casos de trabalhadores submetidos a trabalho sem o respeito à legislação.
- (D) A utilização de computadores são de fundamental importância para atender a velocidade de informações da vida moderna.
- (E) Como se tratasse de prazos muito curtos, foram convocados vários funcionários que terminariam os serviços rapidamente.

20. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:

- (A) É imprescindível esclarecer a população de que deve evitar exageros e acúmulo de atividades, em seu benefício.
- (B) Uma dedicação excessiva, sem preocupação com o descanso, pode comprometer a saúde dos trabalhadores.
- (C) Em situações de litígio, as pessoas acabam expondo sua pior faceta, devido a uma exagerada ansiedade.
- (D) Férias existem para repor energia gasta no trabalho que, por sua própria natureza, exige dedicação exclusiva dos empregados.
- (E) A violência dos grandes centros urbanos gera mal-estar e ansiedade, alterando os hábitos de vida das pessoas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
<p>21. NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de</p> <p>(A) Ministro do Tribunal de Contas. (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal. (C) Presidente do Senado Federal. (D) Presidente da Câmara dos Deputados. (E) Oficial das Forças Armadas.</p>	<p>25. A Ação Declaratória de Inconstitucionalidade NÃO poderá ser proposta</p> <p>(A) pela Mesa do Congresso Nacional. (B) pelo Presidente da República. (C) pela Mesa do Senado Federal. (D) pela Mesa da Câmara dos Deputados. (E) pelo Procurador-Geral da República.</p>
<p>22. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a vigência de medida provisória que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional será prorrogada uma única vez, por igual período.</p> <p>(B) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.</p> <p>(C) a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.</p> <p>(D) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.</p> <p>(E) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal, para posteriormente serem apreciadas pela Câmara dos Deputados, e retornarem ao Senado Federal.</p>	<p>26. Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, conceder-se-á</p> <p>(A) mandado de injunção. (B) <i>habeas corpus</i>. (C) mandado de segurança. (D) <i>habeas data</i>. (E) mandado de segurança coletivo.</p>
<p>23. Apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissora de televisão é de competência exclusiva</p> <p>(A) do Senado Federal. (B) do Congresso Nacional. (C) do Presidente da República. (D) da Câmara dos Deputados. (E) do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>27. NÃO é função institucional do Ministério Público</p> <p>(A) promover a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social. (B) exercer o controle interno da atividade policial. (C) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei. (D) defender judicialmente os direitos e os interesses das populações indígenas. (E) promover a ação civil pública para proteção do meio ambiente.</p>
<p>24. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Aos juizes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária, bem como exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.</p> <p>II. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo Órgão Especial, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.</p> <p>III. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, mas não financeira.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) III. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.</p>	<p>28. O direito que todos têm de socorrer-se do sistema de saúde independentemente do pagamento de contribuições compreende o princípio constitucional da</p> <p>(A) equidade na forma de participação no custeio. (B) distributividade na prestação de serviços. (C) universalidade do atendimento. (D) diversidade da base de financiamento. (E) legalidade dos atos normativos.</p>
<p>29. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre</p> <p>(A) seguridade social. (B) populações indígenas. (C) serviço postal. (D) orçamento. (E) registros públicos.</p>	<p>30. As leis delegadas serão elaboradas</p> <p>(A) pelo Congresso Nacional, que deverá solicitar a delegação ao Supremo Tribunal Federal. (B) pelo Senado Federal, que deverá solicitar a delegação ao Presidente da República. (C) pela Câmara dos Deputados, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal. (D) pelo Senado Federal, que deverá solicitar a delegação à Câmara dos Deputados. (E) pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.</p>

<p>31. É certo afirmar que, se Vera Maria estiver no efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança, tal situação diz respeito</p> <p>(A) ao exercício. (B) à investidura. (C) à nomeação. (D) à recondução. (E) ao aproveitamento.</p>	<p>36. É certo que as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas pela prática de ato de improbidade administrativa podem ser propostas</p> <p>(A) até 2 (dois) anos, a partir da data da falta administrativa pelo ocupante de função em confiança. (B) até 5 (cinco) anos, após o término do exercício de cargo em comissão. (C) dentro de 10 (dez) anos, após a rescisão do contrato de trabalho referente a emprego público. (D) dentro de 10 (dez) anos, a partir da consumação do fato lesivo pelo ocupante de cargo efetivo. (E) a qualquer tempo, por serem as infrações imprescritíveis, especialmente em razão do interesse público.</p>
<p>32. Luís José, servidor público federal, recebeu as diárias a que tinha direito; entretanto, por motivo de saúde, não se afastou da sede. Nesse caso, Luís José deverá restituir as diárias recebidas</p> <p>(A) singelamente, no prazo de 3 (três) dias. (B) integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias. (C) proporcionalmente, dentro do prazo de 10 (dez) dias. (D) parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias. (E) integralmente, dentro do prazo de 20 (vinte) dias.</p>	<p>37. Considere as situações abaixo:</p> <p>I. Lauro é ébrio habitual. II. Pedro é viciado em tóxicos. III. Paulo, por causa transitória, não pode exprimir sua vontade. IV. Luiz é excepcional, sem desenvolvimento mental completo.</p> <p>O Código Civil brasileiro considera incapaz relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer SOMENTE as pessoas indicadas em</p> <p>(A) I e II. (B) II e III. (C) III e IV. (D) I, II e III. (E) I, II e IV.</p>
<p>33. No que se refere ao direito de petição, é correta a afirmação de que</p> <p>(A) para o exercício desse direito, é assegurada vista do processo, privativamente ao advogado constituído pelo servidor. (B) são sempre fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos para assegurar esse direito. (C) é facultada à Administração rever seus atos no prazo legal, quando eivados de ilegalidade. (D) o pedido de reconsideração e o recurso, pela sua natureza, não têm força interruptiva da prescrição. (E) a prescrição do direito de requerer é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.</p>	<p>38. As associações e as autarquias são, respectivamente, pessoas jurídicas de direito</p> <p>(A) privado e de direito público interno. (B) público interno e de direito privado. (C) privado e de direito público externo. (D) público interno e de direito público externo. (E) público externo e de direito privado.</p>
<p>34. Walter exerce cargo em comissão na Administração Pública Federal, mas não é ocupante de cargo efetivo. Nesse caso, a pena disciplinar de destituição de cargo em comissão será aplicada no caso de infração sujeita às penalidades de</p> <p>(A) cassação de função e suspensão. (B) multa e repreensão grave. (C) suspensão e demissão. (D) exoneração e multa. (E) demissão e repreensão grave.</p>	<p>39. Pedro é solteiro, maior, capaz e exerce a profissão de palhaço de um circo, que percorre as cidades do Brasil, fazendo espetáculos durante 60 (sessenta) dias em cada uma delas. Possui uma casa em Santos, que alugou porque vive viajando com o circo. Ter-se-á por domicílio de Pedro</p> <p>(A) o lugar onde estiver situada a sede da empresa circense. (B) o local em que residir o sócio administrador do circo. (C) o local em que residirem seus pais. (D) o lugar onde for encontrado. (E) a cidade de Santos.</p>
<p>35. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, qualquer ação ou omissão, entre outras, que</p> <p>(A) permita a publicidade de atos oficiais. (B) retarde ou deixe de praticar ato de ofício. (C) deixe de prestar contas em quaisquer hipóteses. (D) viole o dever de imparcialidade às instituições. (E) revele fato de que tem ciência em razão de suas atribuições.</p>	

<p>40. A respeito dos requisitos de validade dos atos jurídicos, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o instrumento público é da substância do ato no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem ele.</p> <p>(B) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.</p> <p>(C) o silêncio não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa.</p> <p>(D) a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.</p> <p>(E) a validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.</p>	<p>44. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando</p> <p>(A) as partes transigirem.</p> <p>(B) o réu reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(C) o juiz acolher a alegação de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.</p> <p>(D) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.</p> <p>(E) o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.</p>
<p>41. Paulo trabalhava como <i>office-boy</i> e, ao tocar a campainha de uma residência para entregar uma encomenda, foi atacado pelo cão do destinatário da entrega, sofrendo ferimentos graves. Nesse caso, o dono ou detentor do animal não ressarcirá o dano por este causado se</p> <p>(A) provar culpa da vítima ou força maior.</p> <p>(B) ficar provado que o animal era manso.</p> <p>(C) não ficar demonstrada constante negligência na guarda do cão.</p> <p>(D) não houver prova de que o animal estava solto.</p> <p>(E) houver prova de que o cão se assustou com o som da campainha.</p>	<p>45. Dentre outras, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo Tribunal, a sentença</p> <p>(A) que anular o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.</p> <p>(B) que julgar improcedentes os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.</p> <p>(C) dada contra os Estados, e as respectivas autarquias, fundações de direito público e sociedades de economia mista.</p> <p>(D) proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público.</p> <p>(E) proferida contra os Municípios e respectivas fundações de direito público e empresas públicas.</p>
<p>42. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso,</p> <p>(A) a sua indenização será reduzida a um terço do valor a que teria direito se não tivesse também agido com culpa.</p> <p>(B) a sua indenização será integral se ficar demonstrado que a maior parcela de culpa coube ao autor do dano.</p> <p>(C) a sua indenização será reduzida à metade do valor a que teria direito se não tivesse também agido com culpa.</p> <p>(D) a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.</p> <p>(E) não terá direito a qualquer indenização por parte do autor do dano, ainda que este também tenha agido com culpa.</p>	<p>46. No que se refere à suspensão do processo, considere:</p> <p>I. Os atos praticados durante a suspensão do processo, salvo os realizados com o fim de evitar dano irreparável, são nulos.</p> <p>II. As partes podem convencionar a suspensão do processo por até 1 (um) ano.</p> <p>III. Suspende-se o processo quando for oposta exceção de suspeição ou impedimento do juiz.</p> <p>IV. No caso de morte do procurador, suspende-se o processo para que o autor nomeie outro no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual o juiz extinguirá o processo com julgamento do mérito.</p> <p>Nesse caso, SOMENTE está INCORRETO o que se contém em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>
<p>43. No que diz respeito aos procuradores, é certo afirmar que</p> <p>(A) a petição inicial que não mencionar o endereço para receber intimações será indeferida de plano.</p> <p>(B) o prazo, sendo comum às partes, impede que seus procuradores retirem os autos do cartório.</p> <p>(C) a procuração geral para o foro habilita o advogado a receber a citação inicial e reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(D) o advogado, em nome da parte, não poderá intervir no processo sem instrumento de mandato, mesmo para praticar atos reputados urgentes.</p> <p>(E) a parte legalmente habilitada poderá postular em causa própria.</p>	<p>47. A herança jacente ou a vacante, mesmo sem personalidade jurídica, será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo</p> <p>(A) curador.</p> <p>(B) procurador.</p> <p>(C) síndico.</p> <p>(D) inventariante.</p> <p>(E) Ministério Público.</p>

<p>48. Em relação às intimações é certo que começa a correr o prazo quando</p> <p>(A) a citação for por meio de oficial de justiça, da data em que for entregue ao réu a contrafé.</p> <p>(B) houver vários réus, da data da juntada aos autos do primeiro aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.</p> <p>(C) a citação ou intimação for pelo correio, da data da juntada aos autos do aviso de recebimento.</p> <p>(D) o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, da data em que a ordem for cumprida.</p> <p>(E) a citação for por edital, do primeiro dia da dilação assinada pelo juiz.</p>	<p>52. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) É indevido o aviso prévio na despedida indireta.</p> <p>(B) O valor das horas extraordinárias não integra o aviso prévio indenizado.</p> <p>(C) A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar 1/12 do salário.</p> <p>(D) Se a rescisão do contrato tiver sido promovida pelo empregador, o horário de trabalho do empregado será reduzido de 2 (duas) horas.</p> <p>(E) O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, não beneficia o empregado pré-avisado da despedida.</p>
<p>49. Compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, além do pagamento em dinheiro,</p> <p>(A) a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações <i>in natura</i> que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.</p> <p>(B) a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações <i>in natura</i> que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer eventualmente ao empregado.</p> <p>(C) vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos serviços.</p> <p>(D) educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.</p> <p>(E) assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.</p>	<p>53. A impenhorabilidade do salário decorre do princípio da</p> <p>(A) norma mais benéfica.</p> <p>(B) integralidade.</p> <p>(C) irredutibilidade.</p> <p>(D) irrenunciabilidade.</p> <p>(E) primazia da realidade.</p>
<p>50. Considera-se empregado toda pessoa física</p> <p>(A) que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(B) ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(C) que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(D) ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, com exclusividade, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(E) que prestar serviços de natureza eventual ou não a empregador, com exclusividade, sob a dependência deste e mediante salário.</p>	<p>54. A apropriação indébita de numerário da empresa por ato do empregado, para efeitos de justa causa, é considerado ato de</p> <p>(A) desídia.</p> <p>(B) improbidade.</p> <p>(C) indisciplina.</p> <p>(D) incontinência de conduta.</p> <p>(E) negociação habitual por conta própria.</p>
<p>51. O contrato de experiência NÃO poderá exceder de</p> <p>(A) 90 (noventa) dias.</p> <p>(B) 45 (quarenta e cinco) dias.</p> <p>(C) 2 (dois) anos.</p> <p>(D) 1 (um) ano.</p> <p>(E) 3 (três) meses.</p>	<p>55. Quanto as provas a serem produzidas, na audiência de instrução e julgamento, no procedimento sumaríssimo</p> <p>(A) as testemunhas, até o máximo de 3 (três) para cada parte, comparecerão à audiência, independentemente de intimação.</p> <p>(B) as testemunhas, até o máximo de 2 (duas) para cada parte, comparecerão à audiência, mediante simples referência em rol depositado, até 5 (cinco) dias da audiência.</p> <p>(C) as partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de 10 (dez) dias.</p> <p>(D) as partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias.</p> <p>(E) as partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de 5 (cinco) dias.</p>

56. O recurso cabível das decisões das Turmas no Tribunal Superior do Trabalho contrárias à letra de lei federal, ou que divergirem entre si é:
- (A) Agravo Regimental, ao Tribunal Regional do Trabalho.
 - (B) Embargos, ao Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) Recurso Ordinário, ao Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) Recurso de Revista, ao Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) Recurso Extraordinário, ao Supremo Tribunal Federal.
-
57. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao excepto por
- (A) 10 (dez) dias.
 - (B) 5 (cinco) dias.
 - (C) 72 (setenta e duas) horas.
 - (D) 48 (quarenta e oito) horas.
 - (E) 24 (vinte e quatro) horas.
-
58. Sempre que for necessário, poderão ser convocadas audiências extraordinárias, observado o prazo de
- (A) 24 (vinte e quatro) horas.
 - (B) 36 (trinta e seis) horas.
 - (C) 48 (quarenta e oito) horas.
 - (D) 72 (setenta e duas) horas.
 - (E) 5 (cinco) dias.
-
59. A petição inicial na reclamação trabalhista pode ser
- (A) apenas escrita e subscrita por advogado devidamente constituído.
 - (B) apenas verbal e apresentada pela própria parte interessada ou por seu preposto.
 - (C) escrita ou verbal e subscrita por advogado devidamente constituído e pela própria parte interessada ou por seu preposto.
 - (D) escrita ou verbal e subscrita por advogado devidamente constituído ou pela própria parte interessada.
 - (E) apenas escrita e subscrita por advogado devidamente constituído ou pela própria parte interessada.
-
60. Na ação trabalhista, pelo rito ordinário, e no inquérito judicial, as partes poderão indicar, respectivamente,
- (A) 2 (duas) e 4 (quatro) testemunhas.
 - (B) 2 (duas) e 6 (seis) testemunhas.
 - (C) 3 (três) e 6 (seis) testemunhas.
 - (D) 3 (três) testemunhas para ambos.
 - (E) até 10 (dez) testemunhas para ambos, comprovando a necessidade para cada fato.